



Disciplina: Saúde Ambiental
Material Complementar - Aula 3 – Cláudia Barros Leal

Conflitos no litoral cearense

Cláudia Barros Leal

Um dos conflitos que estão presentes no litoral cearense é a disputa pelo território e pelo uso que se quer fazer dele. Ora, se os territórios do litoral são bens da União e áreas de uso comum e de preservação, qualquer apropriação é indevida, mas há uma longa história de grilagem nessas regiões costeiras, desrespeitando não só a legislação imobiliária como às normas de proteção ambiental.

Há um conjunto que compõe o cenário litorâneo e que precisa funcionar de forma adequada, pois assim podem prestar serviços ambientais gratuitos, como alimentos disponíveis, preservação de espécies, e uma série de outros suportes. Esse cenário é composto por praias, dunas, estuários, canais, lagoas, manguezais, além de extensas áreas que são de influência da maré podendo adentrar dezenas de quilômetros no continente.

Quando empreendimentos turísticos ou a carcinicultura se instalam, significa dizer que os ciclos naturais vão sofrer alterações, gerando danos socioambientais que afetam diretamente famílias que dependem da pesca artesanal e do extrativismo marinho.

A carcinicultura tem sido uma atividade que recebe incentivos do Governo para se instalarem no litoral cearense pela sua valorização no mercado internacional. E então indagamos: como é realizada a fiscalização desses empreendimentos que tantos danos trazem as comunidades tradicionais e ao ambiente?

Os licenciamentos ambientais que deveriam proteger o ambiente, são alterados conforme os interesses econômicos da atividade para o Estado, junto a uma fiscalização precária dos órgãos responsáveis. Essas atividades, mesmo inapropriadas, são amparadas por uma aparente legalidade e se expandem por todo o litoral.

Dessas práticas irregulares advém a ameaça aos pescadores artesanais prejudicados pela pesca industrial que gera escassez dos recursos marinhos, além de ser praticada ilegalmente. Mesmo sendo conhecidos os locais em que acontecem produção e comercialização dos artefatos ilegais, nenhuma medida é tomada no sentido de proibir tal atividade.

O prejuízo para essas comunidades que vivem da pesca pode chegar ao limite da sua sobrevivência, fazendo com que sejam deslocadas ou mesmo expulsas pela falta de planejamento da ocupação territorial e fiscalização das atividades econômicas.

As comunidades pesqueiras precisam ser compreendidas e respeitadas, protegidas desse desenvolvimento predatório que destrói a tradição e todo um patrimônio sócio-histórico-cultural.

Também no Estado do Ceará, o desenvolvimento de práticas abusivas no cultivo de fruticultura têm gerado fortes impactos ao meio ambiente e a população das comunidades do campo.



Reflexão

Qual a dimensão da destrutividade de um sistema em que as políticas econômicas tornam-se incentivadoras da implementação de indústrias corrosivas ao meio ambiente?



Observação

A intoxicação causada pelo uso abusivo de agrotóxicos tem sido um forte sinal de alerta para a mobilização de moradores do campo rumo a uma conscientização que abriga a verdadeira face do progresso que chega com grandes promessas de melhoria de vida.

O Ceará vem sendo alvo preferido de grandes empreendimentos patrocinados pelo próprio Estado, que aportam em nossa região e avançam sem pudores nas riquezas naturais e humanas do lugar. É um despudor legitimado pela força do Governo, pela ingenuidade da população somado a esperança de mudanças que favoreçam a comunidade e ainda, ao inescupluso poder de investidores descomprometidos com qualquer responsabilidade social e ambiental.

Esse movimento de apropriação tem origem em um passado de colonização naturalizada, que parece está ainda viva em forma de submissão e “obediência” às potências européias, numa eterna relação de dominação que nunca cessa, prevalecendo a força do Capital.

O ônus desse poderio é evidente na sociedade brasileira, mais alarmante ainda no nordeste. Em vastas regiões do Ceará observamos as marcas dessa transformação imposta como algo positivo e solucionável para os problemas sócio-econômicos do nosso povo, sem que na verdade haja qualquer compromisso com a saúde das populações “atingidas” pelo avanço e apropriação indiscriminada visando apenas uma lucratividade desmedida.

Concentrando nosso olhar para a população do Baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos, por meio de informações oriundas de pesquisa realizada na busca de evidências de intoxicação e outros infinitos males, foi observado um índice crescente de adoecimento causado pela exposição excessiva de trabalhadores e moradores da região.

Desse processo de adoecer da população citada pode surgir um desconforto que embase e impulse a comunidade a uma desconstrução dos discursos impregnados de boas intenções dos empresários e governantes, uma vez que se tornam visíveis e sensíveis tais danos. Apenas a consciência da realidade pode despertar qualquer adormecimento embalado pela promessa de qualidade de vida a esse custo.

As condições de trabalho insatisfatórias muitas vezes não são suficientes para uma mobilização dos empregados e trabalhadores em geral, pois há incutido no povo cearense a recompensa pelo sacrifício que o leva a idéia de dor e sofrimento associados à dignidade e dever cumprido perante as suas responsabilidades de provedor da família, ou mesmo como condição de crescimento. Mas contra fatos não há argumentos. Portanto, trabalhar sim, adoecer, não.

O processo de despertar dessas comunidades na maioria das vezes é conduzido e facilitado por movimentos como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de equipes vinculadas a instituições de ensino, pesquisa e extensão que chegam ao local para aprofundar temáticas associadas aos problemas vividos pelas populações rurais nesse contexto de modernização agrícola. São forças que se unem para lutar contra a hegemonia do poder, um poder que inibe e afronta a sociedade. Um poder constituído desde muitos anos atrás, quando essas terras foram sendo apropriadas por estrangeiros interessados na fartura dos aportes ao sistema pecuarista nos idos do século XVII, em seguida atraídos pelo algodão.

Hoje, a região do Vale Jaguaribe possui outros atrativos, como o favorecimento da exportação pela sua proximidade com a zona costeira. Tem sido recorrente nas cidades do Nordeste, a construção de indústrias com significativo caráter exportador pela favorável localização geográfica que permite fácil acesso a outros países, sendo, portanto locais propícios a implantação de Portos.

A condição de cidade portuária representa agravos sérios à população.

Exemplo



A exemplo do Pecém/Ce, podemos afirmar que não há uma preocupação com a comunidade, o progresso que aporta em suas terras, não favorece o crescimento da região. Com esse estímulo fictício do progresso, as cidades que são escolhidas como protagonistas, sofrem as tramas invisíveis da modernidade.

No vale do Baixo Jaguaribe a economia gira em torno da agricultura, da carcinicultura e do turismo. Essa é a tríade que implaca o desenvolvimento local. Cada uma dessas atividades, que dão sustentação ao desenvolvimento econômico, quando vistas na sua face exploratória, causa diferentes danos, que vão desde a degradação do solo pelo uso indiscriminado até a destruição de espécies vegetais características da caatinga. (Cláudia)

Há cada vez menos a preocupação com a sustentabilidade que permita autonomia para a população, cultivo da própria terra, sustento advindo do trabalho livre. A agricultura familiar cede lugar a indústria, o pequeno produtor passa a ser empregado assalariado, sujeito as ordens do empregador. Enfim, há uma descaracterização do modo de vida da comunidade, junto a uma fragmentação dos

processos de trabalho, uma agressão as fontes de suporte a vida, além de uma urbanização forçada e acelerada que impõe novos rumos à população.

Uma característica desse modelo econômico é a inversão de valores, quando, por exemplo, o fruto do trabalho passa a ser muito mais valorizado e cuidado do que o próprio ser humano. A saúde do trabalhador não é mais importante do que a qualidade do produto industrializado.

O cuidado com a mercadoria, como o melão, o abacaxi ou a banana, é maior do que a atenção prestada ao trabalhador, ou as condições de trabalho as quais está submetido. Mais vale um bom melão do que um ser humano feliz. O que nos leva a questionar: quanto vale a saúde? Para onde caminha o capitalismo? Quais os limites desse sistema?

Quando percebemos claramente que tudo está a serviço da produtividade, quando vemos ações desumanas dentro de fábricas, enfim, quando nada tem seu real valor como princípio gerador de vida, a sociedade perde a noção de humanidade, perde a capacidade de discernir sobre o que está posto, já não questiona, não pergunta, apenas cala, sofre. O trabalhador do campo parece sofrer um processo de transfiguração, é um desconhecido ou um estrangeiro em suas terras, passa também a não ser mais o dono da terra, nem dono de si, perde sua autonomia. Desqualifica o ser humano no seu potencial evolutivo.